

COMISSÃO LOCAL DO PDI 2019-2023

CAMPUS IVAIPORÃ

**CONTRIBUIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, DISCUSSÕES INTERNAS E DADOS DA CPA**

IVAIPORÃ, JUNHO DE 2018

## COMISSÃO DE COORDENAÇÃO LOCAL DO PDI 2019-2023

### **Membros da comissão designados pela portaria 041/2018 e seus respectivos eixos de atuação:**

- Adriano José Ortiz – Infraestrutura Física; Políticas de Gestão;
- Anna Michella Arruda – Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Daniele de Oliveira – Infraestrutura Física; Relacionamento com a Comunidade;
- Debora da Costa Pereira – Políticas Acadêmicas;
- Ellen Rúbia Diniz – Política Acadêmicas;
- Fernanda Crocetta Schraiber – Infraestrutura Física; Relacionamento com a Comunidade;
- Gisele Fernanda Mouro – Políticas de Gestão;
- Henrique Fernandes Alves Neto – Políticas de Gestão; Avaliação Institucional;
- Jaqueline Mirina Alves Carvalho – Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Luiz Leonardo de Siqueira – Relacionamento com a Comunidade;
- Marcibela Stulp – Políticas Acadêmicas;
- Marco Antônio Lima Rizzo – Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas;
- Onivaldo Flores Junior – Infraestrutura Física; Relacionamento com a Comunidade;
- Patrícia Nazario – Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Paulo Sérgio Carnicelli – Políticas de Gestão; Avaliação Institucional;
- Priscilla Lopes Bertolino – Relacionamento com a Comunidade;
- Ricardo Rodrigues de Souza – Infraestrutura Física;
- Sônia Maria da Costa Mendes – Políticas Acadêmicas; Avaliação Institucional;
- Tatiana Oliveira Couto Silva – Políticas de Gestão; Relacionamento com a Comunidade;
- Thiago Orcelli – Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Infraestrutura Física;
- Thiago Queiroz Costa – Infraestrutura Física.

## 1 – Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### Histórico do IFPR

O Instituto Federal do Paraná foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, o qual teve origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). Por sua vez, a Escola Técnica Federal do Paraná foi criada em 1892 e pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba, sendo seus fundadores GOTTLIEB MUELLER e AUGUSTO GAERTNER, sócios do “Verein Deutsche Schule”. Até 1914, o estabelecimento chamou-se “Escola Alemã”, tendo nessa data mudada a sua denominação para “Colégio Progresso”. Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo autorizada a funcionar sob denominação “Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade Federal do Paraná”. Em 1950, com a federalização da Universidade do Paraná a Escola continuou sendo mantida pela Faculdade de Direito. Por decisão do Conselho Universitário, em 1974, a Escola é integrada à Universidade Federal do Paraná, vinculando-se ao setor de Ciências Sociais Aplicadas sob a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da Universidade, o Conselho Universitário alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a à Pró-Reitoria de Graduação e, em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como Unidade da UFPR. Instituto Federal do Paraná: 19 de março de 2008 – O Conselho Universitário da UFPR autoriza a implantação do Instituto Federal do Paraná a partir da estrutura da Escola Técnica. Com isso, a ET é autorizada a desvincular-se da UFPR para aderir, sediar e implantar o Instituto Federal. Em 29 de dezembro de 2008: o então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, sanciona a Lei nº 11.892/2008, que cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Instituto Federal do Paraná é uma instituição pública e gratuita de educação superior, básica e profissional, que se instituiu da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O IFPR possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, vinculado ao Ministério da Educação.

### Missão do IFPR

“Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.”

### Visão do IFPR

“Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.”

### Valores do IFPR

- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;

- Pessoas;
- Sustentabilidade;
- Visão sistêmica;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência.

#### 1.2.1 - Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico é o instrumento no qual a instituição explicita seus objetivos de longo prazo e as ações a serem empreendidas para a consecução desses objetivos. Mais que um documento bem redigido, o Planejamento estratégico serve como um compromisso de longo prazo firmado pela instituição. E, para que esse compromisso seja crível, ou seja, compreendido e executável.

O planejamento consiste numa importante tarefa de gestão e administração, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de atividades visando atingir um determinado objetivo. É essencial para tomada de decisões.

Pode ser definido ainda, como um processo de estabelecer antecipadamente objetivos futuros, programar atividades, definir os recursos necessários para alcançá-los, implementar e controlar. É a ferramenta administrativa mais apropriada para interferir na realidade atual para alcançar a desejada. O processo de planejamento é também um instrumento de comunicação e integração entre os diferentes níveis da organização.

#### 1.2.1 – Metas do Ensino Técnico Médio

#### 1.2.2 – Metas do Ensino Superior

#### 1.2.3 – Metas da Pós-Graduação

#### 1.2.4 – Metas de Extensão

#### 1.2.5 – Metas de Pesquisa

#### 1.2.6 – Metas de Inovação Tecnológica / Iniciação Científica

#### 1.2.7 – Metas de Cunho Artístico / Cultural

#### 1.2.8 – Metas de Acolhimento e Valorização das Diversidades

#### 1.2.9 – Metas relacionadas ao Meio Ambiente

#### 1.2.10 – Metas relacionadas à Memória e Patrimônio Culturais e Produção Artística e Cultural

#### 1.2.12 – Metas relacionadas ao Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social

#### 1.2.13 – Metas relacionadas à Inclusão Social

#### 1.2.14 – Metas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-racial

#### 1.2.15 – Metas de Internacionalização

### Governança Pública

A Governança Pública é tema atual e obrigatório ao analisar-se a gestão das instituições como principais executoras das políticas públicas. Este novo conceito busca uma nova forma de gestão das instituições, mais comprometida com os princípios éticos, promovendo administradores mais motivados, servidores mais autônomos, mais responsáveis e mais profissionais. Neste panorama, percebe-se que os mecanismos de responsabilidade social estão sempre em evidência, os índices de eficiência e eficácia são mensurados e acompanhados pela alta administração e as medidas corretivas são desempenhadas de maneira transparente, resultando em instituições cada vez melhor direcionadas. A principal interessada nesta forma de administração é sem dúvida a sociedade. A gestão do Instituto Federal do Paraná incentiva o uso e promove o respeito aos princípios de governança pública.

### Princípios da Governança Pública

- Relações éticas;
- Conformidade, em todas as suas dimensões;
- Transparência;
- Economicidade;
- Eficiência e Eficácia resultando em Efetividade;
- Prestação responsável de contas.
- Equidade;
- Responsabilidade social. Boas práticas de governança elevam a administração pública a um patamar contemporâneo de maior profissionalismo e confiança.

### Campus Ivaiporã

O Campus Ivaiporã possui cerca de m<sup>2</sup> de área construída para melhor atender seus alunos, tendo como espaços:

- Salas de aula;
- Sala de convivência
- 2 Laboratórios de Informática,
- Física,
- Química
- Recursos Naturais;
- Biblioteca;
- Ginásio de Esportes, com capacidade para .... pessoas, aproximadamente;
- Área Administrativa (Planejamento Administrativo, Financeiro, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação

O Campus Ivaiporã iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2010, oferecendo os cursos técnicos em Eletrotécnica e Agroecologia. A partir do segundo semestre, atendendo às demandas crescentes por qualificação técnica e profissionalizante na região, iniciaram-se projetos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitaram a expansão da oferta de cursos e atividades destinadas à comunidade.

A partir de 2011, o Campus passou a oferecer também os cursos Técnicos em Logística e Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade de Educação a Distância.

Em 2012, a novidade foi o início do curso Técnico em Informática, na modalidade Integrado, e diversos cursos de Formação Inicial e Continuada, visando atender às demandas de qualificação do trabalhador. Além disso, o Câmpus executa diversos projetos em parceria com a comunidade nas mais diversas áreas do conhecimento, possibilitando o aprendizado e permitindo a distribuição de bolsas e auxílios financeiros que ajudam o aluno a manter seus estudos, além de estimular o perfil empreendedor e a autonomia do futuro profissional.

Em 2013, o Campus Ivaiporã deixou o local provisório em que estava instalado e passou a oferecer novas estruturas de salas de aula e laboratórios, consolidando os cursos já existentes.

A partir de 2014, o Campus Ivaiporã passou a ofertar os cursos: Técnico em Informática na modalidade Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletrotécnica na modalidade Integrado ao Ensino Médio e também na modalidade Subsequente e Técnico em Agroecologia na modalidade Concomitante.

Atualmente o Campus, além destes citados, oferece os cursos Superior em Agroecologia, Licenciatura em Física e a partir de 2019 o curso superior em Agronomia.

## **2 – Políticas Acadêmicas**

As Políticas Acadêmicas do IFPR – Instituto Federal do Paraná são compostas por três dimensões de acordo com as orientações do MEC - Ministério da Educação, tais como:

2 - Política para Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão.

4 - Comunicação com a Sociedade

9- Política de Atendimento aos Discentes

Frente as dimensões elencadas, as Políticas Acadêmicas se entrelaçam e se desdobram em ações para o desenvolvimento da educação vislumbrando as estreitas interrelações com a Pesquisa e a Extensão e em decorrência, a oferta de cursos de pós-graduação. Para esta composição destacamos os seguintes aspectos:

- Aplicação das políticas
- Desenvolvimento e inovação tecnológica;
- Incentivo à produção científica, didática-pedagógica, tecnológica, artística e cultural;
- Acompanhamento de Egressos;
- Avaliação da Assistência Estudantil e Programas de atendimento ao educando;
- Mecanismos de comunicação institucional interna e externa.

As políticas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação do IFPR sustentam-se na premissa básica de formar profissionais pautados em uma educação humanística, científica e tecnológica com capacidade para enfrentar os desafios de uma sociedade em constantes transformações, e que leve em consideração a ciência e a tecnologia como construções sociais, histórico-culturais e políticas. Tais proposições estão asseguradas na atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº9.394/96, Art. 2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Na

mesma Lei o § 2º do Art. 1º, define que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Desta forma, as políticas para o ensino no IFPR, ofertadas nos diferentes níveis, requer estar em conformidade com a pesquisa e a extensão e suas respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

A educação profissional tem especial importância como meio para a construção da cidadania, a inserção de jovens e adultos na sociedade e mundo do trabalho na contemporaneidade, caracterizada por sua dinamicidade e constantes transformações. O trabalho requer ser conceituado em uma perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. Assim, a ciência precisa ser definida como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo do processo histórico, na busca constante pela compreensão e transformação tanto da natureza como da sociedade. A tecnologia é aqui caracterizada como transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, demarcada desde sua origem pelas relações sociais e culturais, bem como pelas necessidades que a levaram a ser desenvolvida. Somam-se a estes a cultura, que requer ser conceituada como o processo de produção de expressões materiais, dos símbolos, das representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Tais pressupostos estão em consonância com a atual LDB, Art. 39. de que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, bem como em conformidade com o Art. 227 da Constituição Federal, como direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade.

Na contemporaneidade o fenômeno da evolução tecnológica, da comunicação e das lutas sociais têm modificado as relações no mundo do trabalho. Devido a essas tensões, não se admite mais a existência de trabalhadores que desempenhem apenas tarefas mecânicas, mas que saibam pensar e agir diante de determinadas circunstâncias. As transformações sobre o conceito de trabalho, derivada do uso dos recursos tecnológicos tem aberto lacunas para algo menos sólido e mais elástico por exigir novas formas de pensar as relações de trabalho em suas múltiplas possibilidades de atuação. É uma realidade a existência de trabalhos realizados em rede, realizados em casa ou no mundo virtual. Não se trata mais de produzir apenas industrialmente, mas de pensar as dimensões do trabalho a partir de outras possibilidades de valorização de profissões relacionadas, entre outras, a saúde, comunicação, educação, as artes, lazer e cultura.

Assim, o processo de formação educacional no desempenho do seu papel, não pode ser compreendido como um mero treinamento com vista à empregabilidade imediata e sim encarado, independentemente da modalidade, como processo de formação do cidadão e de um ser produtivo, por meio do qual, seja possível adquirir conhecimentos e desenvolver competências que possibilitem interferir no desenvolvimento da sociedade e no processo produtivo, de forma reflexiva, crítica e criativa. Tais percepções permitem que o IFPR atue de forma conjunta com a sociedade e o setor

produtivo, na construção e difusão de conhecimentos. Buscará também, proporcionar uma educação profissional que permita ao egresso sua inserção no mundo trabalho e/ou a continuidade de seus estudos, sem descuidar-se dos princípios que regem a educação para a formação da cidadania, pautadas em princípios e valores previamente definidos. No desenvolvimento das políticas acadêmicas, o IFPR preserva a ética e os valores democráticos como princípios fundamentais à educação, à produção de conhecimentos, que se consolidam em ações de integração efetiva entre o aluno, a sociedade e o mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, no IFPR, os cursos superiores, devem configurar alternativas importantes de profissionalização e requer serem criados para proporcionar aprimoramento educacional e profissional, com currículos estruturados para possibilitar ao aluno uma formação técnico-científica sólida, voltadas a compreensão teórico-prática das necessidades oriundas das exigências do trabalho e das relações nele implícitas.

As Licenciaturas, constituir-se-ão como espaço privilegiado para formação docente e deverão desenvolver metodologias e recursos materiais apropriados em atendimento as necessidades de uma educação significativa e de qualidade, pautadas em reflexões didáticas pedagógicas, de forma a permitir ao docente a compreensão da constituição dos conhecimentos tácitos e a necessidade de seu aperfeiçoamento com base nas ciências. Da mesma forma, deverá objetivar a compreensão de abordagens não lineares nas relações entre ciência e tecnologia, o diálogo entre os conhecimentos tecnológicos escolarizados e os que emergem das iniciativas e experiências extracurriculares.

A pós-graduação, atuará de forma determinante para o processo de produção do conhecimento, para a qualificação do exercício das atividades da docência e para a preparação de pesquisadores, a fim de atender as necessidades sociais e os avanços do mundo produtivo. Assim, a oferta de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* serão incrementadas nas diversas áreas do conhecimento, especialmente na articulação e verticalização dos demais cursos ofertados pelos Campi do IFPR.

Nesse caminhar, o engendramento político-pedagógico no IFPR deverá permitir aos profissionais da educação, encontrar mecanismos que estabeleçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de forma a promover o diálogo com a sociedade, respeitando as particularidades locais e regionais. Assim, docentes e discentes poderão responder aos desafios contemporâneos em todos os níveis e modalidades de ensino, alicerçados em grupos de investigação científica, no desenvolvimento de projetos de natureza científica e inovadora e na oferta de cursos de Pós-graduação. Para isso, as políticas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, precisam assegurar programas institucionais de iniciação científica; incentivo à qualificação docente e por consequência o aumento da produção científica; fortalecer as parcerias com a comunidade nas dimensões econômicas, sociais e culturais, bem como, definir linhas prioritárias para pesquisa e extensão nos campi. Entretanto, é necessário priorizar ações procedentes da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como criar mecanismos capazes de assegurar meios para a permanência do aluno em projetos. Conseqüentemente, o desenvolvimento acadêmico, requer a



efetiva participação do aluno nas atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, como também na divulgação dos resultados obtidos.

Na atual conjuntura, a comunicação com a sociedade integra o processo de avaliação institucional e enfatiza a importância do desenvolvimento de canais de comunicação e sistemas de informações, os quais devem estar acessíveis para interações interna e externa, com o objetivo de ouvi-las, bem como disseminar suas ações. Portanto, os mecanismos que asseguram e contribuem para a legitimação da participação democrática no ensino público, decorrem do processo formativo, do conhecimento e percepção sobre o processo didático pedagógico e do acompanhamento do egresso de forma a compreender a ocupação e a formação profissional recebida. São engendramentos capazes de estabelecer uma cultura educacional que se molda, sem perder sua essência e finalidade, inclusive para rever sua prática e gerar novos protagonismos históricos, sociais e culturais para o ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

### **3 – Infraestrutura Física**

O Eixo Estruturante de Infraestrutura Física é abrangente, pois contempla na sua perspectiva a materialização dos demais eixos em um diálogo permanente que tem como objetivo principal alinhar o planejamento de desenvolvimento institucional para o quinquênio de 2019 a 2023, desenvolvendo projetos de ocupação e implementação das estruturas físicas necessárias para o cumprimento da atividade finalística da instituição, suportada pelo tripé do ensino, pesquisa e extensão, além da inovação tecnológica.

Foi realizado um trabalho de compilação de dados, registradas por colaboradores durante a audiência pública e também, apontamentos feitos por alunos e servidores durante a realização da CPA. Para o Eixo Estruturante de Infraestrutura, seguem as mais diversas sugestões como:

#### **Infraestrutura:**

- Implantação de iluminação na área interna do Campus;
- Ar condicionado nas salas que ainda não possuem;
- Ampliação da cantina;
- Construção de um refeitório;
- Melhorias no sistemas de abastecimento de água do Campus;
- Recape asfáltico das vias internas do Campus;
- Implantação de um espaço de reprografia dentro do Campus;
- Construção de um refeitório universitário;
- Melhorias na acessibilidade do Campus;
- Implantação de mais laboratórios de informática;
- Implantação de um espaço adequado para os laboratórios de Química, Física e Biologia;
- Implantação de um ponto de ônibus coberto;

- Pavimentação da via marginal que liga o trevo ao Campus;
- Construção de passarelas cobertas entre os blocos;
- Construção de mais salas de aula;
- Construção de um auditório;
- Realização de reformas nos blocos já existentes;
- Ampliação da usina de geração de energia fotovoltaico;
- Criação de espaços de convivência para os alunos;
- Disponibilização de uma sala para o Centro Acadêmico e Grêmio Estudantil;
- Construção de mais blocos de laboratórios;
- Implantar sistema de galerias pluviais para reduzir os danos ao asfalto do Campus;
- Disponibilizar mais uma sala para os professores;
- Aquisição de equipamentos que constam nos PACs e PPCs de cursos existentes, concluindo a implantação de todos;
- Melhorias no controle de acesso ao Campus;
- Construção de um estacionamento;
- Reforma do antigo recinto de leilão de gado;

#### **4 – Políticas de Gestão**

As políticas de gestão visam buscar novas formas de gestão com o intuito de melhorar o desempenho, por meio da implantação de um modelo de gestão de recursos humanos que criem incentivos para que os servidores busquem a melhoria continuada de sua qualificação e que nas suas áreas de atuação, trabalhem de maneira mais efetiva.

Neste item são contemplados as políticas de desempenho funcional, capacitação, qualificação, acompanhamento do pessoal técnico-administrativo, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho de todos os servidores.

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento, acompanhamento e o bem-estar dos servidores para que possam contribuir à missão institucional.

- Objetivo específico 1: Planejar ações que contribuam ao desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores.
  - Meta 1: Instituir Programa de Desenvolvimento Profissional até 2019.
  - Meta 2: Estabelecer políticas contínuas de promoção da saúde física e mental dos servidores.

#### **4,1 - Política de formação e capacitação docente**

A Resolução 48/2011 do Conselho Superior normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos servidores. Os servidores docentes podem se capacitar em programas de Graduação e Pós-Graduação desde que as atividades semanais respectivas de cada função não sejam prejudicadas,

precisando para isso preencher solicitação e encaminhar ao Colégio Dirigente do Campus.

Periodicamente a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Ivaiporã, em conjunto com as Coordenações de Ensino e de Pesquisa e Coordenações de Cursos, organizam eventos de capacitação como Semanas Pedagógicas, Cafés Pedagógicos, Palestras, Debates, Grupos de Trabalho entre outras capacitações para área pedagógica.

#### QUADRO DO CORPO DOCENTE ATÉ 2018

| Nome Docente                      | Eixo Tecnológico                | Titulação Graduação                                 | Titulação Máxima | Regime Trabalho |
|-----------------------------------|---------------------------------|---|------------------|-----------------|
| ADRIANE PIRES BOMFIM              | Controle e Processo Industriais | Engenharia Elétrica                                 | MESTRADO         | DE              |
| ADRIANO JOSÉ ORTIZ                | Núcleo Comum - Física           | Licenciatura em Física                              | MESTRADO         | DE              |
| ÁLISSON BERTÃO MACHADO            | Núcleo Comum - História         | Licenciatura em História e Bacharelado em Turismo   | MESTRADO         | DE              |
| ANACREONE DA SILVA SOUZA          | Controle e Processo Industriais | Bacharelado em Engenharia Elétrica                  | GRADUAÇÃO        | DE              |
| ANDERSON DE FREITAS VIETRO        | Núcleo Comum - Geografia        | Bacharelado e Licenciatura em Geografia             | MESTRADO         | 20H             |
| ANDERSON GERIM ROWIECKI           | Núcleo Comum - Ed. Física       | Licenciatura em Educação Física                     | GRADUAÇÃO        | DE              |
| ANDRÉA MARTINI RIBEIRO GONÇALVES  | Núcleo Comum - Biologia         | Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas   | DOUTORADO        | DE              |
| ANDREY VINÍCIUS ROCHA DE OLIVEIRA | Informação e Comunicação        | Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas | ESPECIALIZAÇÃO   | 40 H Substituto |
| AVYNER LORRAN DE OLIVEIRA VITOR   | Controle e Processo Industriais | Bacharelado em Engenharia Elétrica                  | MESTRADO         | DE              |
| AYALA DE SOUSA ARAÚJO             | Licenciatura em Física          | Pedagogia   | MESTRADO         | DE              |
| CAMILA SOARES DOS SANTOS          | Núcleo Comum - Geografia        | Licenciatura em Geografia                           | ESPECIALIZAÇÃO   | 20H Substituto  |
| CHARLES HOKITI FUKUSHIGUE CHIBA   | Núcleo Comum - História         | Licenciatura em História                            | ESPECIALIZAÇÃO   | 40 h Substituto |

|                                    |                                   |   |                |                 |
|------------------------------------|-----------------------------------|---|----------------|-----------------|
| CLÁUDIO SALDAN                     | Núcleo Comum - Matemática         | Licenciatura em Matemática                                    | MESTRADO       | 40 h Temporário |
| CLEITON FÁBIO DA ROZA              | Núcleo Comum - Física             | Licenciatura em Física  | MESTRADO       | DE              |
| DIANA PATRÍCIA FERREIRA DE SANTANA | Núcleo Comum - Matemática         | Licenciatura em Matemática                                    | DOUTORADO      | DE              |
| DOUGLAS ANTÔNIO FIRMINO PELACINI   | Controle e Processo Industriais   | Bacharelado em Engenharia Elétrica                            | MESTRADO       | 40 H Substituto |
| ELLEN RÚBIA DINIZ                  | Recursos Naturais                 | Bacharelado em Agronomia                                      | DOUTORADO      | DE              |
| FAUSTO NEVES SILVA                 | Núcleo Comum - Física             | Licenciatura e Bacharelado em Física                          | MESTRADO       | DE              |
| FERNANDA ALVES DE PAIVA            | Recursos Naturais                 | Bacharelado em Zootecnia                                      | DOUTORADO      | DE              |
| GILCIMAR DA CRUZ LEAL              | Núcleo Comum - Matemática         | Licenciatura em Matemática                                    | MESTRADO       | DE              |
| GISELE FERNANDA MOURO              | Recursos Naturais                 | Bacharelado em Zootecnia e Licenciatura Plena em Agropecuária | DOUTORADO      | DE              |
| HENRIQUE FERNANDES ALVES NETO      | Núcleo Comum - Sociologia         | Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais                | MESTRADO       | DE              |
| JOÃO VITOR FAGUNDES                | Núcleo Comum - Química            | Licenciatura em Química                                       | ESPECIALIZAÇÃO | DE              |
| JOSÉ EDUARDO PIMENTEL FILHO        | Núcleo Comum - Filosofia          | Licenciatura e Bacharelado em Filosofia                       | DOUTORADO      | DE              |
| JOSÉ LUIZ VILAS BOAS               | Informação e Comunicação          | Tecnólogo em Processamento de Dados                           | MESTRADO       | DE              |
| JULIANA MORATTO                    | Núcleo Comum - Português/Espanhol | Licenciatura em Letras Português e Espanhol                   | ESPECIALIZAÇÃO | DE              |
| JULIANO DA ROCHA QUEIROZ           | Controle e Processo Industriais   | Bacharelado em Engenharia Eletrônica                          | GRADUAÇÃO      | DE              |
| LUIZ LEONARDO DE SIQUEIRA          | Informação e Comunicação          | Análise de Sistemas   | MESTRADO       | DE              |

|                                   |                                 |  |                              |                |
|-----------------------------------|---------------------------------|--|------------------------------|----------------|
| MARCEL DI ANGELIS SOUZA SANDES    | Núcleo Comum - Geografia        | Licenciatura em Geografia                    | MESTRADO                     | DE             |
| MARCIBELA STÜLP                   | Recursos Naturais               | Bacharelado em Agronomia                     | DOUTORADO                    | DE             |
| MARCO ANTÔNIO LIMA RIZZO          | Núcleo Comum - Ed. Física       | Licenciatura Plena em Educação Física        | MESTRADO                     | DE             |
| MATEUS JOSÉ FALLEIROS DA SILVA    | Recursos Naturais               | Bacharelado em Agronomia                     | DOUTORADO                    | DE             |
| NAYLOR GARCIA BACHIEGA            | Informação e Comunicação        | Tecnologia em Processamento de Dados         | MESTRADO                     | DE             |
| NEIDE BIODERE                     | Núcleo Comum - Português/Inglês | Graduação em Letras-Licenciatura Port/Inglês | MESTRADO                     | 40H            |
| ONIVALDO FLORES JUNIOR            | Informação e Comunicação        | Tecnologia em Processamento de Dados         | ESPECIALIZAÇÃO               | DE             |
| PAULO ROBERTO KRUGER              | Núcleo Comum - História         | Licenciatura em História                     | MESTRADO                     | DE             |
| RICARDO RODRIGUES DE SOUZA        | Recursos Naturais               | Bacharelado em Engenharia Ambiental          | MESTRADO                     | DE             |
| RODRIGO BARRIVIERA                | Controle e Processo Industriais | Engenharia Elétrica                          | MESTRADO                     | DE             |
| SAMANTHA SOARES GREGÓRIO          | Controle e Processo Industriais | Bacharelado em Engenharia Elétrica           | GRADUAÇÃO                    | 40H Substituto |
| SONIA MARIA DA COSTA MENDES       | Núcleo Comum - Artes            | Licenciatura em Artes e Pedagogia            | DOUTORADO                    | DE             |
| THIAGO ORCELLI                    | Núcleo Comum - Química          | Licenciatura e Bacharelado em Química        | MESTRADO                     | DE             |
| THIAGO QUEIROZ COSTA              | Núcleo Comum: Física            | Licenciatura Plena em Física                 | MESTRADO EM ENSINO DE FÍSICA | DE             |
| THIAGO VINÍCIUS MOREIRA GUIMARÃES | Núcleo Comum - Física           | Licenciatura Plena em Física                 | MESTRADO                     | DE             |

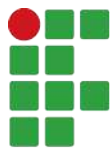
|                 |                   |                       |            |    |
|-----------------|-------------------|-----------------------|------------|----|
| VANESSA STEGANI | Recursos Naturais | Engenharia Agrônômica | DOUTORA DO | DE |
|-----------------|-------------------|-----------------------|------------|----|

#### 4.2 - Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

4.2.1 - Perfil do corpo técnico-administrativo: Titulação, experiência profissional não acadêmica, políticas de capacitação profissional, critérios de seleção e contratação, plano de carreira e coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.

#### QUADRO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO ATÉ 2018

| NOME                         | IAPE    | Formação  | Regime Trabalho          | Cargo                       |
|------------------------------|---------|---|--------------------------|-----------------------------|
| ALESSANDRO PEREIRA GUAITA    | 2131538 | Tecnologia em Agronegócios – Especialização                           | 40 horas                 | Técnico de Laboratório      |
| ALINE SPACIARI MATIOLI       | 2114544 | Psicologia- Mestrado  | 40 horas                 | Psicóloga                   |
| ANANDA BOLORINO MARTINS      | 2190228 | Ensino Médio  | 40 horas                 | Assistente de Alunos        |
| ANDRÉ LUIZ FERREIRA VIDAL    | 1947999 | Bacharel em Biblioteconomia - Especialização em Ciência da Informação | 40 horas                 | Bibliotecário               |
| ANNA MICHELLA ARRUDA         | 2189124 | Administração de Empresas – Especialização                            | 40 horas                 | Assistente em Administração |
| CASSIA MARIA FRANCA DE SOUZA | 1678423 | Pedagogia   | 40 horas                 | Pedagoga                    |
| CLÉBER DA CUNHA              | 2218931 | Técnico em Enfermagem   | 30 horas (flexibilizado) | Assistente em Administração |
| DANIELE DE OLIVEIRA          | 2160021 | Bacharel em Administração - Especialização                            | 40 horas                 | Assistente em Administração |
| DÉBORA DA COSTA PEREIRA      | 1998697 | Licenciatura em Letras/ Inglês  | 40 horas                 | Assistente de Alunos        |
| EMANUELLY BOEING VILAS BOAS  | 2163305 | Bacharel em Direito – Especialização                                  | 40 horas                 | Assistente em Administração |



|                                    |         |   |                                 |                                     |
|------------------------------------|---------|---|---------------------------------|-------------------------------------|
| FABIANA APARECIDA PEREIRA DA SILVA | 2161783 | Administração de Empresas – Especialização  | 40 horas                        | Assistente em Administração         |
| FERNANDA CROSETTA SCHRAIBER        | 1802467 | Jornalismo  | 40 Horas                        | Assistente em Administração         |
| FERNANDO LUÍS DE CARVALHO          | 1802473 | Licenciatura em História. Especialização em História com Ênfase em Ensino Religioso. Especialização em Desenvolvimento WEB. | 30 horas (flexibilizado)        | Assistente em Administração         |
| GIANCARLO DA ROCHA FERNANDES       | 1089463 | Bacharel em Sistemas de Informação – Especialização   | 40 Horas                        | Técnico de Tecnologia da Informação |
| IRACI DA SILVA JORGE               | 2190177 | Técnica em administração  | 30 horas (flexibilização)       | Assistente em Administração         |
| JAISON FERNANDO DA SILVA           | 2150726 | Graduando em Letras/Ingles  | 30 horas (Com Redução em folha) | Interprete de LIBRAS                |
| JAQUELINE MIRIAN ALVES CARVALHO    | 2317246 | Bacharel em Administração – Especialização  | 40 horas                        | Assistente em Administração         |
| KELI JULIANE DA CONCEIÇÃO          | 1894337 | Administração de Empresas   | 40 horas                        | Assistente em Administração         |
| LARISSA MORAIS VANZELA             | 2426711 | Ensino Médio  | 40 horas                        | Assistente de Alunos                |
| ORAILDO SPROGER                    | 1822733 | Gestão Pública com habilitação em Logística - Esp   | 30 horas                        | Auxiliar de Biblioteca              |
| PATRÍCIA NAZÁRIO                   | 2110780 | Bacharel em Ciências Contábeis - Especialização em Gestão Pública   | 40 horas                        | Contadora                           |



|  |         |   |                              |   |
|--|---------|---|------------------------------|---|
| PAULO CÉSAR<br>TARNAKOLSKI DOS<br>SANTOS | 2172254 | Bacharel em<br>Administração –<br>Especialização  | 40 horas                     | Assistente<br>em<br>Administração               |
| PAULO SÉRGIO<br>CARNICELLI               | 1895061 | Tecnólogo em Gestão de<br>Agronegócios -<br>Especialização  | 40 horas                     | Assistente<br>em<br>Administração               |
| PRISCILA DA SILVA<br>ARAÚJO SCHIAVONI    | 2323238 | Licenciatura em Letras<br>Português e Literaturas<br>Correspondentes.<br>Especialização em<br>Gestão Escolar. | 40 horas                     | Assistente<br>em<br>Administração               |
| RENATA LUCAS PEREIRA                     | 2796012 | Tecnólogo em Gestão de<br>Agronegócios -<br>Especialização em<br>Gestão Pública                               | 30 horas<br>(flexibilização) | Auxiliar de<br>Biblioteca                       |
| ROBERTO DE FRANÇA                        | 2419373 | Engenheiro Agrônomo -<br>Especialização.  | 40 horas                     | Técnico de<br>Laboratório<br>de<br>Agroecologia |
| ROSANGELA ALVES<br>PEREIRA               |         | Tecnólogo em<br>Processamento de<br>Dados   | 40 horas                     | Técnico de<br>tecnologia da<br>Informação       |
| SIDINEY BATISTA DE<br>LARA               | 2183170 | Bacharel Ciências<br>contábeis  | 40 horas                     | Técnico em<br>Contabilidade                     |
| SIMONE FERREIRA SOUZA                    | 2127822 | Bacharel em Ciências<br>Contábeis -<br>Especialização em<br>Gestão Pública                                    | 30 horas<br>(flexibilização) | Auxiliar de<br>Biblioteca                       |
| TATIANA OLIVEIRA<br>COUTO SILVA          | 2996903 | Licenciatura em<br>Pedagogia - Mestrado<br>em educação  | 40 horas                     | Técnica em<br>Assuntos<br>Educação              |
| THAMIRES CAROLINE DE<br>OLIVEIRA GERARD  | 2114609 | Bacharel em Serviço<br>Social / Especialização<br>em saúde pública  | 40 horas                     | Assistente<br>Social                            |

#### 4.2.2 -Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação

Assim como no caso dos docentes, a Resolução 48/2011 do Conselho Superior normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos servidores. Os servidores técnico-administrativos podem



se capacitar em programas de Graduação e Pós-Graduação desde que as atividades semanais respectivas de cada função não sejam prejudicadas, precisando para isso preencher solicitação e encaminhar ao Colégio Dirigente do Campus.

#### **4.2.3 -Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico Administrativos em Educação**

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro técnico-administrativo constituído a partir de concurso público. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, normatizado dentre outras legislações, pelas Leis 8.112/90 e 11.091/2005.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), que estão relacionados ao nível mínimo de titulação exigido ao cargo, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada (I, II, III e IV).

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, a cada 18 meses mediante avaliação de desempenho, conforme Anexo III e Anexo I-C, respectivamente, da Lei do Plano de Carreira.

O servidor técnico-administrativo que apresentar titulação superior ao exigido para o cargo fará jus a incentivo à qualificação, nos termos e percentuais definidos no Anexo IV da Lei do Plano de Carreira, não caracterizando qualquer tipo de progressão de carreira.

### **4.3 – Gestão Institucional**

#### **4.3.1 - Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.**

A estrutura organizacional do Campus Ivaiporã, segue o Organograma Institucional estabelecido pela Reitoria na Portaria nº 729 de 29 de maio de 2018, que trata da Adequação Administrativa do IFPR.

#### **4.3.2 - Órgãos Colegiados: competências e composição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nestes órgãos.**

##### **4.3.2.1 - O Colégio Dirigente do Câmpus — CODIC**

Conforme o Regimento Interno Comum aos Campus do IFPR, o Colégio Dirigente do Câmpus — CODIC — é o órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico-político à gestão no Câmpus.

A função consultiva e propositiva corresponde às competências para assessorar a gestão do Câmpus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas, abrangendo as seguintes atividades:

I - manifestar sobre a proposta curricular do Câmpus, bem como analisar dados do desempenho educacional da instituição para propor o planejamento das atividades pedagógicas;

II - participar do processo de avaliação institucional da unidade e opinar sobre os processos que lhe forem encaminhados;

III - recomendar providências para a melhor utilização do espaço físico, bens e serviços e do pessoal do Câmpus;

IV - opinar sobre o planejamento global e orçamentário do Câmpus e recomendar sobre suas prioridades, para fins de aplicação dos recursos a elas destinados;

V - manifestar sobre a prestação de contas referentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo Câmpus, antes de ser encaminhada ao setor competente do IFPR;

VI - propor estratégias para atender com eficiência e eficácia as atividades finalísticas do Câmpus.

A função avaliativa corresponde às competências para diagnosticar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das ações desenvolvidas pelo Câmpus, abrangendo as seguintes atividades:

I - acompanhar e avaliar, periodicamente e ao final de cada ano letivo, o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, bem como o cumprimento de outros marcos regulatórios da gestão;

II - acompanhar os indicadores educacionais — evasão, aprovação, reprovação — e propor ações pedagógicas e sócioeducativas para a melhoria do processo educativo no Câmpus;

III - acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar estabelecido e participar da elaboração de Calendário Especial, quando necessário, conforme orientações da Reitoria do IFPR;

IV - acompanhar o desempenho do corpo docente e administrativo comunicando à Direção-Geral caso seja detectada alguma irregularidade;

V - acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira do Câmpus, zelando por sua correta aplicação, observados os dispositivos legais pertinentes;

VI - contribuir na avaliação das ações de ensino e dos projetos de pesquisa, de extensão e de inovação do Câmpus.

A função mobilizadora corresponde às competências para apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino e do acesso à escola, abrangendo as seguintes atividades:

I - criar mecanismos para estimular a participação da comunidade escolar e local na execução do Projeto Político Pedagógico, promovendo a correspondente divulgação;

II - manter articulação com as Unidades Executivas do Câmpus, colaborando para a realização das respectivas atividades com as famílias, com a comunidade e com as empresas, inclusive apoiando as ações de resgate e conservação do patrimônio público;

III - mobilizar a comunidade local a estabelecer parcerias com o Câmpus voltadas para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico;

IV - propor a promoção de eventos culturais, comunitários e pedagógicos que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura local, bem como estimular a instalação de fóruns de debates que elevem o nível intelectual, técnico e político dos diversos segmentos da comunidade escolar;

V - incentivar a criação de grêmios estudantis e/ou diretórios acadêmicos e apoiar seu

funcionamento.

A função normativa corresponde à função de orientar e disciplinar, por meio de normas complementares, diretrizes e indicações, dentro do âmbito de sua competência, obedecendo aos marcos legais do IFPR.

O CODIC terá a seguinte composição:

I - Direção-Geral, como Presidente;

II - Diretoria de Planejamento e Administração;

III - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - representação de 50% das Coordenações de Curso e/ou área, de eixos tecnológicos distintos, sendo no mínimo de 02 (dois) e no máximo de 04 (quatro), eleitos por seus pares;

V - 02 (dois) representantes dos docentes;

VI - 02 (dois) representantes dos Técnicos Administrativos em Educação;

VII - 02 (dois) representantes discentes, sendo um do ensino superior, quando houver;

VIII - 01 (um) representante dos pais de alunos da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio;

IX - 02 (dois) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) indicado por entidades patronais e 01 (um) indicado por entidades dos(as) trabalhadores(as).

§ 1º No caso do Câmpus possuir Unidade Avançada, o dirigente máximo desta unidade integrará o CODIC como membro.

§ 2º Nas faltas e impedimentos dos titulares participarão do CODIC, na condição de suplentes, os seus respectivos substitutos legais.

§ 3º O CODIC será secretariado por servidor(a) designado(a) pela Direção-Geral do Câmpus.

#### 4.3.2.2 O Colegiado De Gestão Pedagógica Do Câmpus (CGPC)

Conforme o Regimento Interno Comum aos Campus do IFPR, o Colegiado de Gestão Pedagógica do Câmpus — CGPC — é órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular e planejada, na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada Câmpus, em assessoramento a Direção-Geral e ao CODIC.

A competência do CGPC será exercida nos limites da legislação em vigor, das diretrizes da política educacional vigente expedida pelo IFPR e do compromisso de serem centros permanentes de debates e órgãos articuladores dos setores escolares e comunitários.

O CGPC será coordenado pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus, tendo como membros a Coordenação de Ensino, as Coordenações de Curso, o(a) Coordenador(a) do NAPNE e um(a) pedagogo(a) da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis.

No Câmpus Capital, o coordenador do CGPC será o Diretor de Ensino.

As reuniões do CGPC acontecerão ordinariamente com periodicidade mensal e extraordinariamente quando convocada pelo(a) coordenador(a).

#### 4.3.2.3 O Comitê De Pesquisa E Extensão (COPE)

O Comitê de Pesquisa e Extensão — COPE — é o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada Campus para formular, subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa e extensão no âmbito institucional.

O COPE será composto:

I - pelo titular da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão ou, no caso do Campus Capital, pela Direção de Pesquisa e Extensão;

II - por representantes docentes, numa proporção de 01 (um) membro para cada 10 (dez) docentes lotados no Câmpus, sendo no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez); e

III - por representantes técnicos administrativos em educação, numa proporção de 1(um) membro para cada 10 (dez) técnicos lotados no Câmpus, sendo no mínimo 01(um) e no máximo 5(cinco).

§ 1º Os representantes dos docentes e técnicos administrativos em educação serão eleitos por seus pares, para mandatos de dois anos, permitida uma recondução, em processo normatizado pelo CODIC.

§ 2º A Presidência do COPE será exercida por um de seus membros, escolhido pelos próprios em reunião convocada para este fim pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus.

§ 3º O membro que faltar a 03 (três) reuniões, consecutivamente, sem justificativa apresentada por escrito, será excluído do Comitê.

São atribuições do COPE de cada Câmpus:

I - divulgar, no âmbito da Instituição, as diretrizes e normas relativas à pesquisa e extensão e os editais correspondentes;

II - cadastrar, apreciar e emitir parecer consubstanciado aos projetos de pesquisa e/ou extensão, apresentados por servidores(as) do Câmpus, com vistas ao cumprimento de editais, diretrizes institucionais ou normas complementares do IFPR;

III - acompanhar as atividades de pesquisa e extensão mediante análise de relatórios periódicos dos projetos executados no Câmpus;

IV - produzir Relatório Anual das atividades de pesquisa e extensão na unidade, remetendo-o à Coordenadoria de Pesquisa e Extensão do Câmpus;

V - criar e manter atualizado um banco de dados sobre as pesquisas e atividades de extensão do Câmpus, além de manter em arquivo os projetos e relatórios apresentados ao Comitê.

A atuação do COPE é limitada à área de atuação do Câmpus e seus membros se reunirão ordinariamente a cada mês ou extraordinariamente quando convocado pela Presidência do Comitê.

A Direção do Câmpus providenciará os recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento do COPE.

Todos os membros do COPE se obrigam a manter sigilo absoluto e estrito respeito à primazia da autoria das ideias, hipóteses e propostas contidas em projetos de pesquisa ou extensão a eles submetidos.

A não observância do contido no caput implica na apuração dos fatos e instauração de

procedimentos disciplinares cabíveis.

#### 4.3.2.4 - Os Colegiados De Curso

Os Colegiados de Curso são órgãos consultivos e deliberativos do Câmpus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Os Colegiados de Curso possuem os seguintes componentes:

- I - os(as) docentes dos componentes curriculares do curso;
- II - 01 (um) representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver;
- III - 02 (dois) representantes discentes, de turmas distintas.

O Colegiado de Curso será coordenado por um(a) docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do Câmpus.

O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente com periodicidade mínima bimestral, por convocação da Coordenação de Curso ou, quando houver necessidade, por convocação da Coordenação de Curso ou da Direção de Ensino Pesquisa e Extensão do Câmpus.

As proposições e deliberações advindas da reunião do Colegiado de Curso serão lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes.

Compete aos Colegiados de Curso:

- I - cumprir e fazer cumprir as normas da instituição para o pleno funcionamento do curso;
- II - propor revisão do Plano de Curso, quando necessário, respeitadas as diretrizes e normas do IFPR;
- III - manifestar-se sobre as formas de admissão e seleção, bem como sobre o número de vagas iniciais, no que lhe couber;
- IV - estabelecer normas internas de funcionamento do curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;
- V - zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VI - orientar e acompanhar a vida escolar/acadêmica dos alunos do curso;
- VII - deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
- VIII - deliberar o horário de aulas do Curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;
- IX - estudar, na qualidade de relator ou de membro de comissão especial, as matérias submetidas à apreciação do Colegiado, apresentando o relato e a decisão no prazo estabelecido pelo Colegiado ou pela Coordenação;
- X - receber os ingressantes do Curso, orientando-os no que se refere ao funcionamento e organização do IFPR;
- XI - decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldade de

aproveitamento nos componentes curriculares, ou em casos específicos que extrapolem a competência didático-avaliativo-pedagógica docente, desde que convocados.

#### 4.3.2.5 - O Grêmio Estudantil

Conforme o Estatuto do Grêmio Estudantil do Instituto Federal do Paraná – Campus Ivaiporã, este se constitui como o órgão máximo de representação dos estudantes do IFPR – Campus Ivaiporã, localizado na cidade de Ivaiporã – Paraná e fundado em 06 de novembro de 2013, mediante aprovação do presente estatuto em assembleia, tendo sua sede neste Estabelecimento de Ensino.

As atividades do Grêmio reger-se-ão pelo presente Estatuto aprovado em Assembleia Geral convocada para este fim.

O Grêmio tem por objetivos:

- I - Representar condignamente o corpo discente;
- II - Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do Instituto;
- III - Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros, desenvolvendo um perfil institucional;
- IV - Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar, buscando seus aprimoramentos;
- V - Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional, assim como a filiação às entidades gerais UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) etc.;
- VI - Lutar pela democracia permanente no Instituto, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação do Instituto.

A Diretoria do Grêmio será constituída pelos seguintes cargos:

- I – Presidente
- II - Vice-Presidente
- III - Secretário-Geral
- IV - 1º Secretário
- V - Tesoureiro-Geral
- VI - 1º Tesoureiro
- VII - Diretor Social
- VIII - Diretor de Imprensa
- IX - Diretor de Esportes
- X - Diretor de Cultura e Educação
- XI - Diretor de Saúde e Meio Ambiente
- XII- Diretor de Patrimônio

#### 4.3.2.6 - Os Centros Acadêmicos - CA

Os Centros Acadêmicos - CA dos cursos superiores do Campus Ivaiporã estão em processo de

elaboração e estão previstos para serem iniciados durante a vigência do PDI 2019-2023.

O Centro Acadêmico é a entidade que representa os estudantes de cada curso superior do Campus Ivaiporã.

Suas funções são diversas, como: a organização de atividades acadêmicas extracurriculares como debates, discussões, palestras, semanas temáticas, recepção de calouros e realização de projetos de extensão; encaminhamento, mobilização e organização de reivindicações e ações políticas dos estudantes; mediação de negociações e conflitos individuais e coletivos entre estudantes e a faculdade; realização de atividades culturais como feiras de livros, festivais diversos, entre outros.

Sua relação com as instâncias burocráticas da instituição pode se dar de forma direta, sendo este parte desta estrutura, ou de forma independente, sendo a entidade estudantil protegida de qualquer tipo de interferência institucional.

#### 4.3.2.7 - A Associação de Pais e Professores - APP

A APP do Campus Ivaiporã está em processo de elaboração e está prevista para ser iniciada durante a vigência do PDI 2019-2023.

A Associação de Pais e Professores é uma associação constituída, geralmente, por pais e professores de uma Unidade Escolar com finalidades específicas determinadas em seus estatutos, que na maioria das vezes apontam para alternativas de trabalho conjunto e com objetivos que levam em consideração a realidade da escola à qual está vinculada. Dito de outra forma é um organismo de representação e organização dos pais, dos educadores e da comunidade escolar à qual está inserida. É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil. Como uma instituição de direito privado, a Associação possui autonomia para exercer direitos e contrair obrigações com seus recursos, sejam eles provenientes, dentre outros, de doações de pessoas físicas, de entidades públicas ou privadas ou de subvenções de órgãos governamentais. As verbas recebidas do poder público e as doações de entidades privadas precisam ser aplicadas para o fim a que se destinam com a apresentação dos documentos comprobatórios da efetivação das despesas em tempo hábil.

A Associação terá como finalidade a de promover a integração da escola com a comunidade, o poder público e a família, buscando o desempenho mais eficiente do processo educativo, através dos seguintes objetivos:

- a. Representar, em situações pertinentes, os interesses e aspirações da Escola e da Comunidade Escolar;
- b. Proporcionar a participação da família na Instituição e da Instituição na comunidade;
- c. Auxiliar e complementar a administração escolar, dentro de suas possibilidades;
- d. Auxiliar os órgãos assistenciais e instituições existentes na Instituição, suprindo-lhes as carências, dentro de suas possibilidades;
- e. Prover, através de cobrança de taxas e promoções, os recursos necessários à complementação do funcionamento da Instituição;



- f. Colaborar na aquisição, conservação, recuperação e melhorias dos prédios e equipamentos da Instituição;
- g. Estimular a pesquisa e a extensão na Instituição;
- h. Promover cursos e palestras de caráter educativo, para pais e professores, tendentes a uma sólida formação integral do educando;
- i. Colaborar para a transformação da Instituição em centro de integração e desenvolvimento comunitário;
- j. Proporcionar o estreitamento das relações entre pais, servidores e alunos, para maior conhecimento e compreensão dos ambientes familiar e escolar;
- k. Promover convênios com entidades nacionais.

A APP é uma instituição jurídica de direito privado, com autonomia político apartidária, porém integrada à Escola sem caráter religioso e étnico.

O quadro associativo da APP do IFPR – Campus Ivaiporã compor-se-á de 03 (três) categorias de sócios:

- a) Pais de alunos ou responsáveis pelo mesmo, desde que assim o ateste a Diretoria da Escola;
- b) Servidores do IFPR – Campus Ivaiporã;
- c) Alunos;

Projetos :

Criação dos novos cursos até 2023

| Eixo/ Área               | Curso   | Nível/Modalidade          | Ano/ previsão |
|--------------------------|---|---------------------------|---------------|
| Física                   | Ensino de Ciências modernas e contemporâneas  | Especialização/Presencial | 2020          |
| Física                   | Ensino de Ciências, linguagens e tecnologia.  | Mestrado/presencial       | 2023          |
| Educação - à definir     | Licenciatura  | Superior/presencial       | 2021          |
| Informação e comunicação | Técnico em Desenvolvimento de Sistemas ou Informática ou Informática para Internet ou Manutenção e Suporte em Informática | Concomitante/presencial   | 2020 / 2021   |
| Informação e comunicação | Especialização na área  | Especialização/presencial | 2022          |



|                                  |  |                     |      |
|----------------------------------|--|---------------------|------|
| Controle e processos industriais | Bacharel em Engenharia Elétrica ou Tecnologia em tecnologia em automação industrial ou tecnologia em energias renováveis ou tecnologia em sistemas elétricos | Superior/presencial | 2021 |
|----------------------------------|--|---------------------|------|

Edital de financiamento para pesquisas

A comunidade interna é convidada anualmente ou sempre que necessário em reunião geral para discutir os planos e previsões orçamentárias do Campus. O planejamento é sempre compartilhado e disponibilizado publicamente para todos os interessados.

### 5 – Avaliação institucional

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada:

- À melhoria da qualidade da educação superior;
- À orientação da expansão de sua oferta;
- Ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- Ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior).
- Avaliação externa – Feita por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliação. O processo de avaliação externa independe de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

No conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Para isso, contam com os seguintes órgãos:

- Comissão Própria de Avaliação (CPA) – órgão máximo da avaliação no IFPR, nos termos da Lei Federal nº 10.861/2004 (legislação que introduziu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES). A CPA é representada nas unidades pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). O sistema de avaliação institucional do IFPR é constituído, portanto, pelo trabalho conjunto da CPA-Reitoria, das CPAs do Campus Ivaiporã.

## **FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

O atual processo de autoavaliação do Instituto Federal do Paraná tem como objetivo geral identificar as condições do ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência e da gestão, suas potencialidades e fragilidades, com vistas à melhoria da sua qualidade. Os objetivos específicos estão assim delineados:

- Sedimentar um processo contínuo de autoavaliação que permita identificar as potencialidades e as limitações da Instituição;
- Promover ações de sensibilização para a efetiva participação de toda a comunidade no processo permanente de autoavaliação;
- Aprimorar o processo de avaliação institucional de forma a proporcionar o envolvimento dos diferentes setores da Instituição e da sociedade;
- Produzir conhecimento da atual situação do IFPR, que possa ser usado sob a forma de instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência e da gestão;
- Divulgar informações advindas da autoavaliação para que possam subsidiar o planejamento das ações da Instituição e a integração da Universidade com a sociedade;
- Acompanhar as ações oriundas do processo de autoavaliação institucional e apresentar propostas em função das fragilidades identificadas.

Os questionários são disponibilizados em meio eletrônico.

A CPA pode ser acessada pelo endereço <http://cpa.ifpr.edu.br>.

### **Elaboração do relatório de auto avaliação.**

Os resultados produzidos no processo de Avaliação Institucional são dispostos em um relatório que é encaminhado pela Comissão Própria de Avaliação Institucional (Central), para conhecimento e providências. A equipe diretiva do campus, juntamente com a Comissão de Avaliação Local e demais interessados, apreciam o relatório e, em conjunto, estabelecem as prioridades. Uma vez definidas, apresentam-se propostas com vistas ao encaminhamento das soluções às questões selecionadas.

As questões priorizadas como objeto para a solução são discutidas internamente com os setores envolvidos na atividade ou serviços avaliados. Cada um tem comportamentos diferenciados, em função da abrangência, número de pessoas e da complexidade que envolve o processo de solução:

1. Aplicação da Pesquisa quantitativa da Avaliação Institucional;
2. Elaboração e apresentação dos relatórios para o Campus e disponibilização no site da unidade;
3. Discussão dos resultados por eixo temático, com vistas a definir os itens com maior prioridade para serem integrados nas propostas de melhorias;
4. Reunião para validação das prioridades pré-selecionadas: proposta é que aconteçam separadamente com cada área do conhecimento e líderes de cada curso/eixo;
5. Os líderes de cada área moderam um grupo para aprofundamento dos tópicos apresentados no item anterior estabelecendo a prioridade de execução;
6. Devolução das discussões para integração ao cronograma de execução de melhorias e aprovação pelo Colegiado (do curso, campus, eixo, etc);
7. Acompanhamento dos resultados.

## **6 - Relacionamento com a Comunidade**

Na atualidade, um dos grandes desafios instituições de educação está no processo de comunicação com a sociedade. A comunidade espera tomar conhecimento das dimensões de atuação e dos estudos realizados nesses espaços, de seu compromisso social, de seus reflexos na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento nacional.

Desta maneira, uma interação eficaz e dinâmica com a comunidade deve estar no cerne de suas estratégias de comunicação dessas organizações. O problema que se coloca é que nem sempre essas instituições fazem uso de meios eficazes e que atendam aos anseios da sociedade.

Nesse contexto, as políticas de comunicação devem ser eficazes no processo de elaboração de estratégias e metodologias no trato da informação que se volta à comunidade.

Com o objetivo de discutir os rumos da Instituição no que se refere a esse tema, a comissão local do Campus Ivaiporã, instituída pela Portaria 041 de 12 de março de 2018, engajados na discussão do eixo “Comunicação com a sociedade”, levantaram algumas possíveis ações voltadas ao fortalecimento da comunicação com a sociedade no âmbito da instituição e fundamentais para a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

1. Elaborar a Política de Comunicação do IFPR: a existência do documento é de caráter fundamental para orientar as ações dos profissionais empenhados em promover a comunicação no âmbito institucional.
2. Estruturar Assessorias de Comunicação no âmbito do Campus. Por se tratar de uma demanda latente dos Campi, estruturar um setor capaz de desenvolver mecanismos eficazes de divulgação institucional é crucial para o fortalecimento da imagem da Instituição. As possibilidades de divulgação da contrapartida que IFPR tem direcionado à sociedade são muitas: ações de extensão; projetos;

estágios, difusão das pesquisas em andamento, dentre outras. O gerenciamento contínuo de redes sociais também poderia ser conduzido por esse setor, uma vez que esses canais, na atualidade, são de fundamental importância para a comunicação com a sociedade.

3. Fortalecer a comunicação interna e administrativa na Instituição. O fortalecimento da comunicação interna é de fundamental importância para a integração, engajamento e alinhamento da atuação dos servidores aos objetivos institucionais. Ações relacionadas a esse tópico são necessárias para que se reduzam os gargalos identificados na comunicação interna, tanto em nível vertical (dentro dos departamentos do próprio Campus) como horizontal (Reitoria e Câmpus, além das relações hierárquicas dentro dos próprios departamentos).

4. Considerar, na demanda por futuros códigos de vaga para servidores, a contratação de profissionais da área de comunicação para subsidiar o trabalho dos departamentos que demandam ações qualificadas de divulgação nos Campi. Atualmente, os Campi do IFPR não dispõem de profissionais ocupantes desses cargos, sendo as atividades desenvolvidas por servidores com formações distintas. A atuação desses profissionais, além de qualificar a comunicação institucional, será fundamental para o fortalecimento da imagem do IFPR e relacionamento com a imprensa.